



**PODER EXECUTIVO**  
**Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes**  
**SECRETARIA GERAL DE GOVERNO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Waldemar Magalhães nº 01 – Centro – TRAJANO DE MORAES – RJ  
CEP. 28.750-000 Telefone – (0xx) 22-2564-1115



**LEI MUNICIPAL N° 1070 DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E  
PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO  
MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES  
COM SEU REGIME PRÓPRIO DE  
PREVIDÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO  
COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO DE  
2004 E MAIO DE 2006 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito de Trajano de Moraes **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Trajano de Moraes, por seus representantes legais, aprova e ele sanciona a seguinte

**LEI MUNICIPAL:**

**Art. 1º.** Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Trajano de Moraes/RJ com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Trajano de Moraes - PREV-TRAJANO, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições previdenciárias devidas pelo ente federativo, sendo a patronal relativos às competências de janeiro de 2004 até maio de 2006 e contribuições dos servidores relativos às competências de janeiro de 2004 à maio de 2006, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MF nº 333/2017, com as alterações da Portaria MF nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 333/2017.

**CONFIRA COM ORIGINAL**  
**QUE DOU FÉ**  
Trajano de Moraes 02/02/2018  
Matr. N° 8001 Sabrina Goulart de O. dos Santos  
Sabrina Goulart de O. dos Santos  
Sabrina Goulart de O. dos Santos  
Sabrina Goulart de O. dos Santos

Sabrina Goulart de O. dos Santos  
Diretora Presidente  
Matr. 8001



Poder Executivo

**Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes  
SECRETARIA GERAL DE GOVERNO  
GABINETE DO PREFEITO**

Praça Waldemar Magalhães nº 01 – Centro – TRAJANO DE MORAES – RJ  
CEP. 28.750-000 Telefone – (0xx) 22-2564-1115



**Art. 2º.** Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acrescido de juros compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

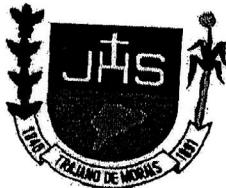
**Art. 3º.** Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores consolidados do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acrescido de juros compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de reparcelamento.

**Art. 4º.** As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acrescido de juros compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

**Art. 5º.** As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acrescido de juros compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

CONFERE COM ORIGINAL  
QUE DOU FÉ  
Trajano de Moraes 02/02/2018  
Matr. N° 8001 Sabrina Goulart

Sabrina Goulart de O. dos Santos  
Diretora Presidente  
Matr. 8001



**PODER EXECUTIVO**  
**Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes**  
**SECRETARIA GERAL DE GOVERNO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Waldemar Magalhães nº 01 – Centro – TRAJANO DE MORAES – RJ  
CEP. 28.750-000 Telefone – (0xx) 22-2564-1115



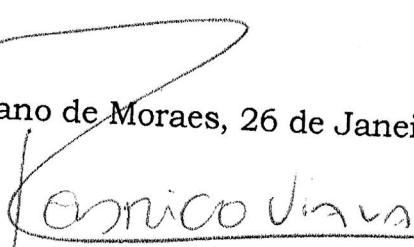
**Art. 6º.** Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

**Parágrafo único.** A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

**Art. 7º.** A identificação de créditos de qualquer natureza em favor do Município de Trajano de Moraes com a PREV-Trajano autoriza, a qualquer momento, a compensação das dívidas que venham a ser parceladas nos termos da presente lei.

**Art. 8º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trajano de Moraes, 26 de Janeiro de 2018.

  
**RODRIGO FREIRE VIANA**

Prefeito

CONFERE COM ORIGINAL  
QUE DOU FÉ  
Trajano de Moraes 01/01/2018  
Matr. N° 8001 Sabrina Goulart

<b>PUBLICAÇÃO</b>	
Gazeta da Região Serra - Mar	
Edição <u>575</u>	Pag. <u>12</u>
Data <u>30 / 01 / 2018</u>	

  
Sabrina Goulart de O. dos Santos  
Diretora Presidente  
Matr. 8001

**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes**

**LEI MUNICIPAL N° 1070 DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO DE 2004 E MAIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de Trajano de Moraes **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Trajano de Moraes, por seus representantes legais, aprova e ele sanciona a seguinte

**LEI MUNICIPAL:**

**Art. 1º.** Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Trajano de Moraes/RJ com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Trajano de Moraes – PREV-TRAJANO, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições previdenciárias devidas pelo ente federativo, sendo a patronal relativos às competências de janeiro de 2004 até maio de 2006 e contribuições dos servidores relativos às competências de janeiro de 2004 à maio de 2006, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 333/2017.

**Art. 2º.** Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acrescido de juros compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

**Art. 3º.** Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores consolidados do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acrescido de juros compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de reparcelamento.

**Art. 4º.** As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acrescido de juros compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

**Art. 5º.** As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acrescido de juros compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês e multa de 0,50% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

**Art. 6º.** Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

**Parágrafo único.** A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

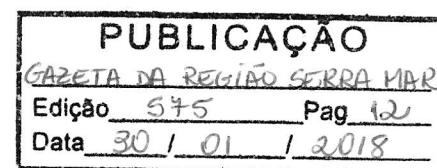
**Art. 7º.** A identificação de créditos de qualquer natureza em favor do Município de Trajano de Moraes com a PREV-Trajano autoriza, a qualquer momento, a compensação das dívidas que venham a ser parceladas nos termos da presente lei.

**Art. 8º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trajano de Moraes, 26 de Janeiro de 2018.

**RODRIGO FREIRE VIANA**

**Prefeito**



Sabrina Goulart de O. dos Santos  
Diretora Presidente  
Matr. 8001